

RESOLUÇÃO CRESS/MS Nº 640/19 DE 29 DE MARÇO DE 2019

EMENTA: Dispõe sobre o reordenamento dos cargos em virtude do pedido de renúncia de conselheira no âmbito do Conselho Regional de Serviço Social – CRESS 21ª Região/MS. A Presidente do Conselho Regional de Serviço Social – CRESS 21ª Região/MS, de conformidade com a Resolução CFESS 240/90, que criou o Conselho Regional de Serviço Social 21ª Região com jurisdição no Estado de Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições legais e regimentais;

Considerando a reunião do Conselho Pleno do CRESS 21ª Região MS realizada no dia 29 de março de 2019;

Considerando o pedido de renúncia, em conformidade com o Artigo 19 – Item III do Regimento Interno, da conselheira Monica Ilis da Silva Vargas do cargo de Vice-presidente do CRESS 21ª Região MS, eleita para o mandato eletivo na Gestão CRESS 21ª Região/MS 2017-2020;

Considerando que em razão do pedido de renúncia, impõem-se o reordenamento dos cargos no âmbito do CRESS 21ª Região/MS;

RESOLVE:

Art. 1º A representação legal do Conselho Regional de Serviço Social - CRESS 21ª Região/MS, passa a ter a seguinte composição, para todos os fins de direito:

Efetivos;

Presidente: Lana Amaral Nunes Goulart

Vice Presidente: Em vacância

1ª Secretária: Laura Marcia Rosa dos Santos

2ª Secretária: Eliana Aparecida da Silva

1º Tesoureira: Renata Araújo da Silva Teixeira

2º Tesoureira: Lúcia Maria Furtado da Silva

Conselho Fiscal:

1ª Vogal: Josane Anethe Ortiz

2ª Vogal: Jessica Aparecida de Moura Silva

3ª Vogal: Giany da Conceição Costa

Suplentes:

1º Suplente: Ilma Mendonça de Souza

2º Suplente: Marlene Moreira Machado

3º Suplente: Eliane Fernandes Dantas

4º Suplente: Eliane Barreto de Melo

Art. 2º O presente reordenamento perdurará até o final do mandato a contar da data da reunião do Conselho Pleno no dia 29 de março de 2019.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na presente data, revogando as disposições em contrário, devendo ser publicada no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso do Sul.

Campo Grande/MS, 29 de março de 2019.

Lana Amaral Nunes Goulart

Assistente Social

CRESS 1495 – 21ª Região/MS

Conselheira Presidente

RESOLUÇÃO Nº 639, DE 27 DE MARÇO DE 2019

EMENTA: Revogar a pena de suspensão profissional

A Presidente do Conselho Regional de Serviço Social da 21ª Região/MS, no uso de suas atribuições legais e regimentais e, considerando o que consta do processo disciplinar nº: 12.2.2016;

Considerando que após a aplicação da pena de suspensão do exercício profissional instituída através da Resolução N. 577/2016 o assistente social especificado nesta resolução negociou os débitos perante este Conselho;

Considerando a decisão da reunião do Conselho Pleno de 15 de março de 2019;

RESOLVE:

Art. 1º - Revogar a pena de suspensão do exercício profissional aplicada ao seguinte profissional:

Alex Lino de Melo - CRESS nº 3716

Art. 2º - O profissional especificado no artigo 1º desta Resolução está autorizado a exercer a profissão de assistente social.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Lana Amaral Nunes Goulart

CRESS Nº. 1495 – 21ª Região/MS

Conselheira Presidente

Resistir para Fortalecer a Luta

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL nº 007/2019 - PROCESSO DE LICITAÇÃO nº 026/2019

Fundação de Serviços de Saúde de Dourados - FUNSAUD, por intermédio do seu Pregoeiro oficial e sua Equipe de Apoio designados pela PORTARIA Nº 091/2018/FUNSAUD 28 de Novembro de 2018, comunica aos interessados que fará realizar a Licitação em epígrafe, do tipo Menor Preço Por Item – Maior Desconto, nos termos da Lei Federal nº 10.520/02 subsidiariamente pela Lei Federal nº 8.666/93 de 21/06/93 e demais alterações em vigor.

- **OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE ÓRTESE E PRÓTESE, COM ENTREGA PARCELADA, CONSISTENTE EM INSTRUMENTOS NECESSÁRIOS À REALIZAÇÃO DE CIRURGIAS NEUROLÓGICAS NA UNIDADE HOSPITAL DA VIDA PERTENCENTE À FUNDAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE DE DOURADOS - FUNSAUD**, para consumo pelo período de aproximadamente de 12 (doze) meses, com as características mínimas e condições de acordo com o Termo de Referências, nos autos, especificações, condições e demais anexos e termos afins contidos no Processo Licitatório.

- **INFORMAÇÕES E AQUISIÇÃO DO EDITAL:** O Edital encontra-se disponível aos interessados para conhecimento e retirada, em dias úteis no horário local (MS) compreendido das 07h00min às 11h00min e das 13h00min às 17h00min, na sede administrativa da FUNSAUD, situado na Rua Hilda Bergo Duarte, 1440, Vila Planalto, na cidade de Dourados-MS, Fone: (67) 3423-0793 e por solicitação via e-mail licita.funsaud@dourados.ms.gov.br

- **RECEBIMENTO E ABERTURA DOS ENVELOPES:** Na sala de reuniões da Sede Administrativa da FUNSAUD, situado na Rua Hilda Bergo Duarte, 1440, Vila Planalto, CEP 79.826-090, na cidade de Dourados-MS, no **dia 12 de Abril de 2019**, às 08h00min (Horário do Mato Grosso do Sul).

Dourados, 29 de Março de 2019.

Juliana Matos Fernandes

Pregoeira - Portaria nº 091/2018

REGULAMENTO DE CONTRATAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS- Instituto Acqua CONTRATO DE GESTÃO 01/2019 GCONT 11602- PROCESSO Nº 27/000921/2019 ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE

1. FINALIDADE - Este regulamento tem por finalidade apresentar os princípios básicos de gestão de pessoal que devem orientar a área de Recursos Humanos do Instituto

ACQUA, no desempenho de suas atividades e obrigações concernentes ao **Contrato de Gestão nº 01/2019 GCONT 11602**, firmado com o **ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE**, disposto sobre os procedimentos quanto: ao recrutamento e seleção de pessoal; ao treinamento, desenvolvimento e avaliação de desempenho; aos direitos, deveres e ao regime disciplinar.

2. **POLÍTICA GERAL DE PESSOAL-** Visa assegurar que os recursos humanos do INSTITUTO ACQUA são considerados como o elemento mais importante e estratégico para a manutenção e crescimento da Instituição, devendo investir-se na qualificação e valorização de seu quadro de pessoal, pautando-se por princípios éticos e legais.

3. **APLICAÇÃO-** Aplica-se aos empregados e colaboradores da Instituição, assim definidos:

a) Colaboradores: são todos os servidores cedidos à Instituição, em decorrência do Contrato de Gestão, cujo vínculo empregatício é regido pelo Estatuto do Parceiro Público.

b) Empregados: são aqueles cujo vínculo empregatício é regido pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.

c) Profissionais contratados: especialistas, pesquisadores, técnicos ou profissionais liberais

4. ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS

Tem por objetivo planejar, organizar e desenvolver técnicas capazes de promover o desempenho eficiente do pessoal visando os objetivos da Instituição.

4.1. **RECRUTAMENTO E SELEÇÃO DE PESSOAL-** Tem por objetivo identificar e atrair profissionais com potencial para ocupar as vagas existentes, adotando-se, obrigatoriamente, o disposto no Decreto nº 31.052, de 28 de agosto de 2015 e, excepcionalmente, os critérios abaixo relacionados:

- o recrutamento e a seleção do pessoal será feito após divulgação entre o público alvo, mediante seleção de "currículum vitae";

A ampla divulgação entre o público alvo referida no item retro para o recrutamento e seleção de pessoal poderá ser relativizada nos casos de urgência, assim entendidos aqueles que possam vir a ocasionar prejuízos e comprometer o regular funcionamento da unidade, ou ainda em fases de transição e troca de gestão, também quando caracterizada situação de urgência, hipóteses em que fica facultada a contratação direta da mão de obra necessária.

- a Instituição manterá banco de currículos, visando a agilização e flexibilização da contratação de pessoal, respeitando-se os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e eficiência;

- a seleção de currículos poderá, observadas as peculiaridades de cada cargo ou função, ser substituída por concurso, incluindo fases eliminatórias e/ou classificatórias, entrevista e treinamento;

- as exigências previstas no processo de recrutamento e seleção não se aplicam à contratação de serviços técnicos especializados, às locações de serviços, aos cargos de confiança, aos cargos especiais e aos serviços contratados;

- a contratação de pessoal determinará, obrigatoriamente, avaliação de proficiência, de modo a garantir que o profissional atenda às necessidades contidas no plano de trabalho aprovado

- a Instituição, em atenção ao princípio da economicidade, buscará aproveitar profissionais que já atuem no local, qualificando-os e submetendo-os aos critérios de experiência e proficiência, a fim de avaliar a sua permanência na função.

4.2. **A IDENTIFICAÇÃO E BUSCA DOS RECURSOS HUMANOS-** Necessário à consecução do plano de trabalho aprovado dar-se-á mediante publicidade no site e nas dependências da Instituição.

4.3. **TREINAMENTO, DESENVOLVIMENTO E AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO-** Tem por objetivo desenvolver e implantar sistemas que permitam auferir a atuação do colaborador, do empregado e do contratado, face ao cargo que ocupa na Instituição, identificando necessidades de treinamento e capacitação e oferecendo oportunidades de melhoria de sua qualificação e perspectiva de ascensão funcional na Instituição.

4.4. **DIREITOS, DEVERES E REGIME DISCIPLINAR-** São os definidos na legislação estatutária e na CLT, assim como os constantes no Regulamento de Recursos Humanos da Instituição, que será entregue aos colaboradores, empregados e demais profissionais contratados no momento da formalização de sua contratação.

4.5. **PRINCÍPIOS-** Na relação de trabalho da Instituição com seu pessoal serão observados os seguintes princípios:

- será permitida a contratação, por tempo determinado, de pesquisadores, técnicos ou profissionais liberais, com ou sem vínculo empregatício, respeitada a legislação vigente, sempre que necessário para etapa determinada e específica do plano de trabalho;

- será permitida a contratação de especialistas para realização de atividades de pesquisa, consultoria, extensão e desenvolvimento no âmbito da Instituição, voltada à consecução do objeto do Contrato de Gestão;

- será permitida a atividade de treinamento de recursos humanos por colaboradores e empregados efetivos da Instituição em outras instituições e centros de pesquisa e desenvolvimento públicos ou privados, bem como a realização de consultas técnicas, com ou sem remuneração, previamente autorizadas pelo Conselho Administrativo.

5. **DISPOSIÇÕES FINAIS-** 5.1 – Os casos omissos serão resolvidos pelo Conselho Administrativo da Instituição.

O presente Regulamento entra em vigor na data de sua aprovação pelo Conselho de Administração.

Ponta Porã, 01 de Abril de 2019.

REGULAMENTO INTERNO DE CONTRATAÇÃO E COMPRAS

Regulamento Interno do Instituto ACQUA com finalidade de fixar parâmetros a serem seguidos no âmbito do Contrato de Gestão nº 01/2019 – GCONT 11602, no Estado de Mato Grosso do Sul, em todos os procedimentos de contratações e compras para atendimento dos serviços públicos pactuados nos contratos de gestão, em atenção a decisão do Supremo Tribunal Federal na ADI 1923.

Capítulo I DISPOSIÇÕES GERAIS**Seção I - Das Disposições Preliminares**

Art. 1º. Este Regulamento estabelece normas gerais sobre contratações pertinentes a obras, serviços, compras, locações no âmbito do Instituto Ação, Cidadania, Qualidade Urbana e Ambiental – ACQUA no Estado de Mato Grosso do Sul, visando garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a assegurar a seleção da proposta mais vantajosa.

§1º. O Instituto ACQUA fica dispensado da observância do disposto neste Regulamento nas seguintes situações: **I-** contratação de fornecedores ou prestadores de serviços com recurso próprio do Instituto, para fins de atender às demandas administrativas, incluindo-se despesas custeadas com a taxa de administração transferida pelo órgão contratante no bojo dos contratos de gestão celebrados;

II - nos casos em que a escolha do contratado esteja associada a suas características particulares, vinculada a oportunidades de negócio definidas e específicas, justificada a inviabilidade de procedimento competitivo.

Art. 2º. A convocação do procedimento seletivo de contratação será divulgada previamente no site do Instituto Acqua, exceto se a opção se der nos termos do art. 13, devendo ser respeitados os seguintes prazos mínimos para apresentação de propostas ou lances, contados a partir da divulgação do instrumento convocatório: **I** - mínimo de 03 (três) dias para compras e aquisição de bens; **II** – mínimo de 05 (cinco) dias para

processo de contratação que adote como critério de julgamento a melhor técnica, menor preço ou a melhor combinação de técnica e preço.

§1º Os prazos para impugnação dos chamamentos serão de até 02 (dois) dias corridos anteriores à data da abertura da sessão pública, devendo a mesma ser protocolada por escrito no local indicado pelo Instituto;

§2º Nos atos decorrentes da aplicação dos chamamentos, cabem recursos no prazo de 03 (três) dias corridos, a contar da intimação/publicação do ato impugnado.

§3º Nos casos de contratação direta, regulados pelo art. 13 deste Regulamento, a convocação será realizada mediante a solicitação de propostas às empresas cadastradas no Instituto.

Art. 3º. Todos os valores, preços e custos utilizados nos processos de contratação terão como expressão monetária a moeda corrente nacional.

Art. 4º. O cumprimento das normas deste Regulamento destina-se a selecionar, dentre as propostas, a mais vantajosa e que atenda aos princípios da moralidade e boa-fé, probidade, impessoalidade, economicidade e eficiência, isonomia, publicidade, legalidade, razoabilidade e busca permanente de qualidade e durabilidade, bem como pela adequação aos objetivos da entidade.

Art. 5º. Todo o processo de compras, contratações e locações de que trata este regulamento deve estar devidamente documentado, a fim de facilitar o acompanhamento, o controle e a fiscalização dos Contratos de Gerenciamento.

Art. 6º. Compete à Direção Administrativa: **I-** determinar e autorizar a abertura dos processos de contratação; **II-** autorizar os casos de contratação direta; **III-** contratar e celebrar acordos, ajustes, protocolos de intenção, parcerias, patrocínios e respectivos termos aditivos ou documentos equivalentes; e **IV-** aplicar sanções.

Seção II - Das Obras e Serviços de Engenharia

Art. 7º. Os processos de contratação para a execução de obras e para a prestação de serviços de engenharia obedecerão ao disposto neste artigo e, em particular, à seguinte sequência: **I-** projeto básico; **II-** cronograma de execução das obras e serviços.

§1º. Havendo necessidade de modificação no projeto básico, especialmente em relação aos quantitativos de itens, exigências técnicas e alteração qualitativa, as mudanças deverão estar registradas em nota técnica fundamentada, que será submetida à aprovação do setor técnico competente.

§2º. Os contratos destinados à realização de obras e serviços de engenharia seguirão os regimes de execução definidos no projeto básico.

Art. 8º. No projeto básico de obras e serviços serão considerados principalmente os seguintes requisitos: **I** - segurança; **II** - funcionalidade e adequação ao interesse público; **III** - economia na execução, conservação e operação; **IV** - possibilidade de emprego de mão-de-obra, materiais, tecnologia e matérias-primas existentes no local para execução, conservação e operação; **V** - adoção das normas técnicas, de saúde e de segurança do trabalho adequadas.

Art. 9º. O disposto nesta seção aplica-se também, no que couber, aos casos de contratos oriundos de contratação direta.

Seção III - Dos Serviços Técnicos Profissionais Especializados

Art. 10º. Para os fins deste Regulamento, consideram-se serviços técnicos profissionais especializados os trabalhos relativos a: **I-** estudos técnicos, planejamentos e projetos básicos; **II-** pareceres, perícias e avaliações em geral; **III-** assessorias ou consultorias técnicas e auditorias financeiras ou tributárias; **IV-** fiscalização, supervisão ou gerenciamento de obras ou serviços; **V-** patrocínio ou defesa de causas judiciais ou administrativas; **VI-** treinamento e aperfeiçoamento de pessoal; **VII-** procedimentos médicos e hospitalares de alta complexidade, não abrangidos nos Planos Operativos; **VIII-** instalação, manutenção e aperfeiçoamento de softwares, sistemas e programas de informática.

Capítulo II - DO PROCESSO DE CONTRATAÇÃO

Art. 11. O procedimento de contratação compreende o cumprimento das etapas a seguir especificadas: **I-** solicitação de compras ou contratação de serviços, com indicação da modalidade de contratação; **II-** parâmetros de valores; **III-** parâmetros de contratação dos serviços ou bens a serem adquiridos;

§1º Em havendo indicação da Diretoria Administrativa pela modalidade de contratação direta, deverá ser realizada coleta de preços entre os fornecedores cadastrados no Instituto, para homologação do menor valor, ou melhor técnica ou combinação entre técnica e preço constante em tal Convocação, mediante apresentação de propostas e documentos de qualificação que forem exigidos.

§2º Em havendo indicação da Diretoria Administrativa pela modalidade de processo de seleção, o processo será remetido para confecção de instrumento de chamamento, que deverá respeitar o disposto nesse regulamento.

Art. 12. Os documentos de cadastros das empresas fornecedoras do Instituto deverão ser encaminhados via Correios ou entregues diretamente na sede, atualizados e dentro do prazo de validade.

I - CNPJ; **II-** Inscrição Estadual, quando houver; **III-** Contrato Social com as alterações ou Estatuto; **IV-** CCM - Comprovante de Contribuintes Municipal, quando houver; **V-** Licença de Funcionamento emitida pela Polícia Federal, quando aplicável; **VI-** Certidões conjuntas de débitos relativos a Tributos Federais e da Dívida Ativa da União e a CND (Certidão Negativa de Débitos) emitida pelo INSS, Trabalhista, FGTS, Estadual e Municipal; **VII-** Procuração para o representante da contratada, quando não forem os seus sócios que assinarem o contrato.

VIII- Demais documentos constantes na Convocação;

Seção I - Da Contratação Direta

Art. 13. Poderá ser realizada a contratação direta, na base de fornecedores cadastradas no Instituto, nas seguintes hipóteses: **I-** para obras e serviços de engenharia de valor global até R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais), desde que não se refiram a parcelas de uma mesma obra ou serviço ou ainda a obras e serviços de mesma natureza e no mesmo local que possam ser realizadas conjuntamente; **II-** para outros serviços e compras de valor global até R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais), desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço ou compra de maior vulto que possa ser realizado de uma só vez; **III-** quando não acudirem interessados no processo de contratação anterior e essa não puder ser repetida sem prejuízo para o Instituto Acqua na execução de Contrato de Gestão, desde que mantidas as condições preestabelecidas; **IV-** quando as propostas apresentadas consignarem preços manifestamente superiores aos praticados no mercado nacional vigente; **V-** para a locação de imóvel, quando as necessidades de instalação e localização condicionarem a escolha do imóvel, desde que o preço seja compatível com o valor de mercado; **VI-** na contratação de remanescente de obra, de serviço ou de fornecimento, em consequência de rescisão contratual, desde que atendida a ordem de classificação do processo de contratação anterior e aceitas as mesmas condições do contrato encerrado por rescisão ou distrato, inclusive quanto ao preço, devidamente corrigido; **VII-** para a aquisição de componentes ou peças de origem nacional ou estrangeira necessários à manutenção de equipamentos durante o período de garantia técnica, junto ao fornecedor original desses equipamentos, quando tal condição de exclusividade for indispensável para a vigência da garantia; **VIII-** em situações de emergência, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contado da ocorrência da emergência, vedada a prorrogação dos respectivos contratos.

Art. 14. A contratação direta também será feita quando houver inviabilidade de competição, em especial nas hipóteses de: **I-** aquisição de materiais, equipamentos ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo; **II** contratação de serviços técnicos especializados, com profissionais ou empresas de notória especialização, nas hipóteses previstas no artigo 10.

Seção II - Do Processo de Contratação por Seletivo

Art. 15. O instrumento de chamamento conterá as seguintes informações: **I-** objeto da contratação; **II-** data, hora e local de abertura da sessão; **III-** modalidade de contratação; **IV-** procedimento, prazos e recursos.

§1º A fase externa da contratação será iniciada com a convocação dos interessados por meio de publicação no site do Instituto Acqua do instrumento de Convocação.

Art. 16. O Instituto Acqua não pode descumprir as normas e condições do instrumento de convocação, ao qual se acha estritamente vinculada.

§1º Qualquer empresa interessada em participar do procedimento de contratação poderá impugnar o instrumento de convocação ou de chamamento por irregularidade na aplicação deste Regulamento, protocolando o pedido até 02 (dois) dias antes da data fixada para a abertura da sessão.

§2º Decairá do direito de impugnar o instrumento de convocação ou de chamamento o concorrente que não o fizer até o prazo definido no parágrafo anterior.

Art. 17. Nos processos de contratação regidas por este Regulamento, poderão ser utilizados os seguintes critérios de julgamento: **I-** menor preço; **II-** melhor técnica; **III** - melhor combinação de técnica e preço;

§1º Os critérios de julgamento serão expressamente identificados no instrumento convocatório

Seção III - Do Processo de Contratação com Base no Portal de Compras

Art. 18. No caso de compra de medicamentos e materiais hospitalares, o Instituto Acqua, preferencialmente, manterá contrato com Portal de Compras on line, para fins de escolha dos fornecedores com melhores preços, substituindo o procedimento de contratação previsto nos artigos anteriores, pela escolha do melhor preço cotado na Plataforma de Compra na data da compra.

Parágrafo único. Excetua-se do disposto neste artigo, algumas situações que porventura venha a dificultar a aquisição de materiais médicos e medicamentos, devendo a Diretoria Administrativa sempre primar pelo garantia do acesso e o atendimento ao usuário.

Capítulo III - DOS CONTRATOS

Seção I - Das Disposições Preliminares e Da Formalização dos Contratos

Art. 19. Os contratos devem estabelecer com clareza e precisão as condições para sua execução, expressas em cláusulas que definam os direitos, obrigações e responsabilidades das partes.

Art. 20. São cláusulas necessárias nos contratos disciplinados por este Regulamento: **I** - as partes, o objeto e seus elementos característicos; **II** - o regime de execução ou a forma de fornecimento; **III** - o preço e as condições de pagamento, os critérios, a data-base e a periodicidade do reajustamento de preços e os critérios de atualização monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento; **IV** - os prazos de início de cada etapa de execução, de conclusão, de entrega, de observação, quando for o caso, e de recebimento; **V-** os direitos e as responsabilidades das partes, as tipificações das infrações e as respectivas penalidades e valores das multas; **VI** - os casos de rescisão do contrato e os mecanismos para alteração de seus termos; **VII-** a obrigação do contratado de manter, durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas no curso do procedimento de contratação.

Art. 21. A duração dos contratos regidos por este Regulamento não excederá ao prazo de vigência dos Contratos de Gestão pactuados entre o Instituto Acqua e o ente público que transfere os recursos.

Art. 22. O prazo de vigência do contrato poderá ser prorrogado sempre que demonstrado a vantajosidade econômica, quando o preço de mercado não seja inferior ao praticado pela contratada, observando o prazo máximo de acordo com o artigo acima.

Art. 23. O contratado é obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados, e responderá por danos causados diretamente a terceiros ou ao Instituto Acqua, independentemente da comprovação de sua culpa ou dolo na execução do contrato.

Art. 24. O contratado é responsável pelos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

§1º O CONTRATADO é obrigado a respeitar a legislação tributária federal (LC nº 116/2003) bem como os Códigos Tributários Municipais de cada localidade que prestar serviço para o Instituto, recolhendo os impostos devidos.

§2º. No ato de apresentação da Nota Fiscal para pagamento dos serviços, não havendo comprovação de recolhimento dos tributos, o Instituto ACQUA irá proceder com a retenção e recolhimento dos impostos, e abatimento do valor devido.

§3º. A inadimplência do contratado quanto aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere responsabilidade ao Instituto Acqua, nem poderá onerar o objeto do contrato ou restringir a regularização e o uso das obras e edificações, inclusive perante o Registro de Imóveis.

§4º. Em havendo qualquer fiscalização e atuação de obrigações trabalhistas, fiscais e comerciais, que por ventura responsabilizem o Instituto ACQUA, deverá o mesmo proceder a instauração de processo administrativo com vistas a apuração da infração atribuída, de forma a identificar o responsável principal pelo fato, convocando-o para pagamento dos valores ou ressarcimento posterior, de forma administrativa ou via ação de regresso.

Art. 25. As notas fiscais deverão ser atestadas pelo empregado responsável pela fiscalização e verificação do cumprimento do objeto do contrato.

Art. 26. Os contratos devem conter cláusulas com sanções a serem aplicadas em decorrência de atraso injustificado na execução do contrato bem como aos demais casos de descumprimento da relação contratual, sujeitando o contratado à multa de mora.

§1º. A multa a que alude este artigo não impede que o Instituto Acqua rescinda o contrato e aplique as outras sanções previstas no Contrato.

§2º A multa aplicada sempre será precedida de notificação à contratada para apresentar suas justificativas, e será descontada/glosada do valor do pagamento.

§3º Se a multa for de valor superior ao valor do pagamento, o Instituto Acqua poderá se valer de todos os meios lícitos para cobrar e executar a dívida.

Capítulo IV - Das Disposições Finais

Art. 27. Este Regulamento de Contratação e Compras é válido para todas as contratações realizadas pelo Instituto Acqua no âmbito do Estado Estado de Mato Grosso do Sul.

Art. 28. Os casos omissos que não importe em modificações do presente regulamento, serão resolvidos por ato da Diretoria.

Art. 29. Revogam-se todos os demais Regulamentos anteriores a esse.

Ponta Porã, 01 de Abril de 2019- **INSTITUTO ACQUA – AÇÃO, CIDADANIA, QUALIDADE URBANA E AMBIENTAL.**

Chamamento para cadastro de Fornecedores Instituto ACQUA

O Instituto ACQUA inscrito no CNPJ nº03.254.082/0001-99 vem por meio deste informar que está aberto chamamento para fins de cadastro de fornecedores e prestadores de serviços no estado do Mato Grosso do Sul, por meio do site www.institutoacqua.org.br. Os documentos devem ser enviados até 10/04/2019 às 23h59 através do e mail indicado no site.